

4. Sentir-se vivo: A percepção da vontade pelo corpo

Após a análise anterior, resta ainda determinar a última raiz do princípio de razão suficiente afirmada por Schopenhauer, o princípio de razão do querer, ou do agir. Aqui se deve fazer referência direta ao corpo, e à consciência de si, também compreendida como o sentido interno que configura aquilo que intentamos compreender pela expressão "sentir-se vivo". A descrição apresentada no capítulo anterior foi dirigida ao conhecimento do mundo externo ou, mais precisamente, à realidade fenomênica a partir das raízes objetivas do princípio de razão. A quarta raiz representa o limite último na relação entre o sujeito e o objeto. Trata da percepção do indivíduo de sua própria vontade, dos impulsos que atuam através de seu corpo devido aos motivos que se apresentam na forma de sensações, intuições ou de idéias.

É importante aqui remeter o problema à filosofia da natureza de Schopenhauer, para melhor compreendermos o caminho que o leva a afirmar a existência da vontade em todos os fenômenos, e a possibilidade da sua percepção no corpo. Pois a aplicação desta realidade a todos os entes depende da analogia que fazemos ao considerar que todos os corpos devem ser expressão de uma vontade, assim como ocorre com o nosso próprio corpo.

“A quem, mediante todas essas considerações, também se tornou in abstrato evidente e certo que aquilo que cada um possui in concreto imediatamente como sentimento, a saber, a essência em si do próprio fenômeno que se expõe como representação tanto nas ações quanto no substrato permanente destas, o corpo – é a vontade, que constitui o mais imediato de sua consciência, porém, como tal, sem aparecer completamente na forma da representação, na qual objeto e sujeito se contrapõem, mas dando sinal de si de modo imediato, em que sujeito e objeto não se diferenciam nitidamente: vontade que não aparece em seu todo, mas se faz conhecer ao indivíduo somente por meio de seus atos

isolados; quem, ia dizer, alcançou essa convicção, obterá comigo uma chave para o conhecimento mais íntimo de toda a natureza, visto que também a transmitirá a todos os fenômenos que não lhe são dados, como o seu próprio, em conhecimento imediato e mediato, mas só neste último, portanto só parcialmente, como REPRESENTAÇÃO”.¹

A natureza ainda é vista como representação; vale lembrar que ela não pode ser demonstrada em si mesma enquanto Vontade. Mais uma vez, é pela analogia a partir do sentimento da vontade interna que Schopenhauer volta-se para a descrição das diversas formas de objetivação da vontade.

A Vontade em si é única, mas em suas manifestações se divide, se individualiza, levando à existência eterna de conflitos entre as diversas forças. Este conflito é inerente aos objetos na natureza. Constitui “um movimento primeiro sem causa” de uma “tendência a progredir no espaço sem cessar, sem finalidade no espaço infinito”.² Tal movimento leva a vontade a se desenvolver em graus cada vez mais complexos. Sob este ponto de vista, cada novo nível de complexidade, ou melhor, cada grau de objetivação observado na natureza expressa uma idéia perfeita e imutável da vontade. Dessa forma, ao se observar as diferenças entre um grau mais baixo e outro mais complexo de objetivação, pode-se constatar uma diferença significativa de organização em cada espécie, assim como também são notadas as forças específicas que atuam sobre cada grau. No reino inorgânico, são as forças naturais e, numa definição geral, a causalidade. Os seres orgânicos constituem uma nova forma de organização que não elimina a ação das forças originárias do reino inorgânico, mas que, além delas, introduz novas causas para o seu desenvolvimento. Surge então, com o reino orgânico, um novo estágio, uma nova idéia que traz em si como finalidade própria a auto-preservação e a reprodução. Essas são características peculiares aos seres vivos. Surge a noção de unidade nos compostos orgânicos. Mesmo quando não há uma consciência de si, tal unidade já está presente como orientação

¹ Idem. §21. p.168.

² PERNIN, Marie-José. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p.88.

das ações de cada exemplar da espécie. Aqui se encontra uma grande diferença entre os compostos inorgânicos e os organismos vivos.

Voltamos a falar do indivíduo, do sujeito que quer e que conhece, manifestando um querer pelas coisas que conhece. Essa breve regressão à filosofia da natureza foi capaz de elucidar o fato de que o indivíduo, o homem, não é só um sujeito que conhece, mas também um animal dotado de instintos, um corpo dotado de vontades específicas, enfim, um ser vivo com determinações próprias. Como resultado disso tudo, o homem é entendido como a expressão de uma idéia específica, que mantém em si as determinações mais simples da vontade, as que operam em todo objeto material, assim como a configuração de unidade desenvolvida nos compostos orgânicos, isto é, nos organismos vivos. Sua distinção e exclusividade se encontra no fato de apenas no homem se manifestar uma consciência racional de si mesmo, capaz de olhar para seu próprio ser como um outro, e ser percebido de duas formas diferentes: como sujeito do querer - ou do agir - e como sujeito do conhecer. No entanto, fundamentalmente, ele não passa de mais uma manifestação da mesma vontade única e universal existente, igualmente, em todos os corpos e em todos os graus de objetivação.

Sob esta perspectiva, já não se pode fazer referência à mera representação, ou seja, a um mundo composto apenas por objetos. E ainda que o corpo possa ser visto com tal, as sensações percebidas através dele, principalmente a consciência, que alcança seu grau máximo nos seres humanos, só podem ser compreendidas como algo além da representação. Schopenhauer afirma que, se o mundo fosse reduzido à representação, tudo não passaria de uma espécie de sonho, de uma ilusão. Além disso,

"a busca da significação do mundo que está diante de mim simplesmente como minha representação, ou a transição dele, como mera representação do sujeito que conhece, para o que ainda possa ser além disso, nunca seria encontrada se o observador, ele mesmo, nada

mais fosse senão puro sujeito que conhece (cabeça de anjo alada destituída de corpo)".³

A analogia do anjo alado serve para mostrar que o sujeito não paira sobre o mundo como puro observador e conhecedor das coisas, mas ao contrário, nele cria raízes através do corpo, que nesse momento começa a ser percebido pela sua segunda forma, enquanto manifestação da vontade. Se por um lado pode-se entender o corpo como um objeto entre os objetos, como representação, por outro, é possível percebê-lo imediatamente como vontade. Se assim não fosse, "seus movimentos e ações seriam tão incompreensíveis quanto as mudanças de todos os outros objetos intuitivos, se a significação deles não lhes fosse decifrada de um modo inteiramente diferente".⁴ Schopenhauer afirma que,

"nós não somos apenas sujeito que conhece, mas que pertencemos, nós mesmos, à categoria de objetos a ser conhecidos, somos nós mesmos a coisa em si, que em consequência, se nós não podemos acessar de fora o ser íntimo das coisas, um caminho partindo de dentro nos permanece aberta".⁵

"A coisa em si, como tal, não pode entrar na consciência senão de uma maneira imediata, à saber, no sentido de que ele mesmo tome consciência de si."⁶ Nesse sentido, sensações compreendidas como dor, prazer, sofrimento, alegria, ansiedade, etc. não aparecem ao sujeito como meras representações isto é, como algo externo, como objeto.

Schopenhauer faz distinção entre o *sujeito do querer* – o que sente - e o *sujeito do conhecimento* – o que conhece a realidade fenomênica e que conhece, inclusive, o sujeito do querer. Visto que sujeito e objeto são noções mutuamente dependentes, e que nada pode estar ao mesmo tempo sob as duas formas, como entender então a possibilidade de um

³ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §.18. p.156.)

⁴ Idem.

⁵ SCHOPENHAUER, Arthur. *Le Monde comme Volonté et comme Représentation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966. Suplementos ao segundo livro, §18. p.890.

⁶ Idem. P.891.

sujeito do querer tornar-se objeto para o sujeito do conhecimento? Para Schopenhauer, haveria na verdade dois momentos, ou compreensões distintas sobre este fato. No ato de desejar e agir, o indivíduo é efetivamente sujeito do querer; ele é seu impulso, sua vontade interna. Ao tomar consciência do próprio querer, este mesmo querer, e aquilo que fora tomado como sujeito do querer torna-se objeto para o sujeito do conhecer. Isso quer dizer que não é exatamente o querer que o sujeito conhece, mas já uma espécie de representação deste querer. Já o *sujeito do conhecer* se apresenta como o limite de toda representação; é o contraponto subjetivo do conhecimento. Ele não pode ser conhecido de forma alguma, visto que tudo o que é conhecido tem de se apresentar como objeto. Entretanto, o sujeito do querer pode ser percebido ainda como objeto pelo sujeito do conhecer. Juntos, os dois constituem aquilo que normalmente se entende pelo termo "eu". Já o sujeito do conhecer, em si mesmo, é o limite, ou aquilo que limita todo o resto. Ele não pode ser conhecido de forma alguma, pois seria uma contradição factual, além de lógica, pensar a possibilidade de se conhecer o conhecimento. Seria como se o olho pudesse ver a si mesmo - e não seu reflexo ou representação - de fora. Mas quanto ao sujeito do querer, sua percepção se dá no tempo, embora não no espaço. Por isso a sua percepção já é, de alguma forma, representação.

De todo modo, o conhecimento do querer afirma imediatamente a existência da vontade individual, apontando para a sua experiência direta. Por isso Schopenhauer afirma este tipo de conhecimento como o mais imediato, a partir do qual não se pode buscar qualquer causa ou pressuposto. Trata-se do conhecimento mais seguro, um conhecimento que não se pode refutar, mas que também não pode ser demonstrado ou transmitido. Primeiro, por que este não é um conhecimento racional, e além disso, por que ele nem mesmo se encaixa completamente nos moldes do princípio de razão suficiente. Em segundo lugar, por que o querer, como intuição imediata, é sentido; sentido somente pelo próprio indivíduo, sendo cada um capaz de perceber apenas a sua própria vontade. Como consequência desta característica, tem-se que apenas o seu corpo aparece para o indivíduo como sujeito, como algo que, além de

representação, é também vontade. Esta é considerada por Schopenhauer a VERDADE FILOSÓFICA. Uma verdade que não é,

*“como nos outros casos, a referência de uma representação abstrata a uma outra representação, ou à forma necessária do representar intuitivo e abstrato, mas é a referência de um juízo à relação que uma representação intuitiva, o corpo, tem com algo que absolutamente não é representação, mas toto genere diferente dela, a saber: a vontade”.*⁷

Em contraposição, todos os demais fenômenos observados no mundo lhe aparecem simplesmente como representação; como meros objetos destituídos de vontade. Isto por que “a referência em virtude da qual o sujeito que conhece é indivíduo dá-se somente entre ele e uma única de suas representações”.⁸ Em uma analogia simples, pode se pensar que uma pessoa só sente a própria dor, e nunca a de outros. Sendo assim, toda relação de solidariedade para com alguém que sofre, toda ligação de afinidade pela alegria ou pelo sofrimento alheio é necessariamente uma abstração. O reconhecimento da existência da mesma vontade sentida por alguém em seus semelhantes é feita sempre por analogia, e não pela certeza interna derivada do próprio querer. Da diferença entre a percepção de si mesmo e dos demais fenômenos no mundo possibilitam-se pontos de vista como o egoísmo teórico e o prático, ou até mesmo o solipsismo.⁹ O egoísmo teórico leva o indivíduo a acreditar que todo o mundo se constitui apenas como representação, enquanto apenas ele mesmo manifesta vontade interna. O egoísmo prático deriva desta mesma forma de compreensão do mundo e se exerce pelo indivíduo nas ações que tomam apenas a sua própria vida como merecedora de respeito e benefícios, fazendo com ele atue no mundo sempre de acordo com seus interesses pessoais; tudo isso porque apenas o seu sofrimento e o seu prazer são sentidos diretamente. Já o

⁷ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §18. p.160.

⁸ Idem. p.161.

⁹ Idem. Cf: p.161.

solipsismo caracteriza uma postura mais radical do egoísmo teórico, por tomar o indivíduo como o único ser existente, e todo o mundo fenomênico como meras representações subjetivas idealizadas. Todas estas são posturas criticadas por Schopenhauer. Como já foi afirmado, ele defende a existência desta mesma vontade interna em todas as demais representações. Com isso, lhes garante realidade, e a possibilidade de uma compreensão em sua essência íntima por analogia.

O livro *Da Quádrupla raiz do princípio de Razão Suficiente* aborda o problema do conhecimento na perspectiva do próprio princípio de razão suficiente. Por isso, na descrição do princípio do agir, o corpo é apresentado como objeto imediato. Nesse livro já se toca o limite entre a representação e a vontade, mas o seu lado metafísico, a Vontade universal, ainda não é discutido. O querer individual aparece nesta obra como manifestação do sujeito do querer. O querer é apenas sentido, e não observado. Como se lê na *Quádrupla Raiz...*, "Assim como o correlato subjetivo da primeira classe de representações é o entendimento, o da segunda é a razão, e o da terceira é a sensibilidade pura, encontramos que o correlato desta quarta classe é o sentido interior, ou, em geral, a consciência de si mesmo".¹⁰

O querer é o mais imediato dos nossos conhecimentos. A ele cabe iluminar todos os outros. Se a sequência causal até então podia apenas ser observada de fora, sem uma compreensão profunda do sentido do seu movimento, pelo sentido interno revela-se a vontade agindo em nós.

*"A influência do motivo não nos é conhecida unicamente como a de todas as outras coisas, por fora, e portanto, apenas mediatamente, senão ao mesmo tempo desde o interior, de um modo inteiramente imediato e, por conseguinte, de acordo com o seu modo de ação total. Aqui estamos nos bastidores, e descobrimos o segredo de como, de acordo com sua mais íntima essência, a causa produz o efeito. (...)A motivação é a causalidade vista por dentro"*¹¹

¹⁰ SCHOPENHAUER, Arthur. *De La Cuadruple Raiz del Principio de Razon Suficiente*. Madrid: Editorial Gredos, 1981. §42. p.206.

¹¹ Idem. P.208.

A vontade é o guia que impõe o movimento aos fenômenos, agindo igualmente em acordo com as afecções e os motivos, dentre os quais, os pensamentos. Conhecer o corpo segundo o sentido interno é perceber diretamente a vontade se manifestando no indivíduo. Se antes o corpo fora observado como objeto imediato, agora pode ser sentido, como fenômeno da vontade. Nessa forma de percepção pode-se constatar que todos os movimentos do corpo expressam movimentos internos da vontade e, igualmente, todo ato da vontade "é simultânea e inevitavelmente também um movimento de seu corpo".¹² Sobretudo, "o ato da vontade e a ação do corpo não são dois estados diferentes, conhecidos objetivamente e vinculados pelo nexos da causalidade; (...) mas são uma e mesma coisa, apenas dada de duas maneiras totalmente diferentes".¹³ Entretanto, o conhecimento pelo sentido interno não revela a vontade em si mesma. Ele apenas revela a vontade individual objetivando-se a cada momento determinando-se por motivos específicos. Por isso, trata-se ainda de um conhecimento fenomênico, pois embora a vontade não possa ser observada através das relações espaciais, ela só pode ser percebida enquanto relacionada ao tempo, uma das categorias do entendimento. Chevitarese frisa este ponto, tentando evitar a confusão entre a percepção da vontade interna e a compreensão da vontade em si, que na filosofia de Schopenhauer aparece como possibilidade restrita aos poucos iluminados, tais como os santos e os ascetas. Ele afirma ser fundamental ter em conta que o conhecimento da coisa-em-si é necessariamente limitado, por ter o corpo como limite.

"Naturalmente, identificar a vontade, tal como podemos, com atividade corporal, consiste em um conhecimento inteiramente a posteriori. A vontade que se manifesta imediatamente no corpo, em atos sucessivos, tem que estar submetida ao tempo (condição a priori desta experiência), constituindo, portanto, um conhecimento fenomênico. (...) A concepção kantiana é então modificada: a coisa-em-si não é absolutamente

¹² SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §18.p.157

¹³ Idem.

*incognoscível. Nesse "conhecimento interior", a coisa-em-si está destituída de um grande número de seus véus, sem, contudo, revelar sua natureza em si".*¹⁴

Da afirmação de que movimento corporal e ação da vontade são o mesmo, não é difícil deduzir a noção defendida por Schopenhauer de que nem ao homem, nem a qualquer outro fenômeno é possível o livre-arbítrio. Passamos da investigação sobre o conhecimento interno à análise de algumas de suas conseqüências práticas; um movimento importante neste trabalho que tem como objetivo elucidar a relação das formas de compreensão da realidade para o desenvolvimento do conhecimento e para a prática de vida. Se todo movimento interno da vontade implica necessariamente o movimento correspondente do corpo, escolhas e decisões operadas pela reflexão como livre-arbítrio caracterizam apenas uma ilusão do indivíduo.

*"por ser a vontade conhecida imediatamente, e em si, na autoconsciência, também se encontra nessa mesma consciência a consciência da liberdade. Contudo, esquece-se que o indivíduo, a pessoa, não é vontade como coisa em si, mas como fenômeno da vontade, e enquanto tal já é determinado e aparece na forma do fenômeno, o princípio de razão".*¹⁵

Na perspectiva schopenhaueriana, é possível considerar que uma pessoa faz o que quer. O problema é que ela já quer, e então escolhe aquilo que seu querer lhe impõe. Ao final, esta imposição acaba parecendo ter sido uma escolha livre, mas o fato é que não se pode escolher o que se vai querer. Primeiro queremos, e depois decidimos, ou melhor, depois tomamos consciência da decisão que, na verdade, já fora

¹⁴ CHEVITARESE, Leandro Pinheiro. *A ética em Schopenhauer: que "liberdade nos resta" para a prática de vida?* Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Filosofia, 2005. p.24.

¹⁵ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §23. p.172.

tomada pela própria vontade. Assim como afirmara Spinoza, a liberdade pessoal entendida como livre-arbítrio não passa na verdade da ignorância com respeito ao funcionamento do mundo como um todo, ou seja, do encadeamento necessário que a realidade segue.

*“A necessidade que faz cair a pedra e crescer os vegetais se manifesta igualmente, segundo Schopenhauer, em todos os níveis da Vontade. Disso devem que, porque todos os objetos da representação aparecem em acordo com um inflexível princípio de causalidade, tudo o que se passa no universo é sempre estritamente necessário. (...) Nada escapa o caráter dominador da vontade, que é a dominação mesma, pois ela é a origem, o substrato que anima por dentro todas as força, tanto as mecânicas como as biológicas”.*¹⁶

Já foi dito que a causalidade determina o desenvolvimento dos seres inorgânicos, a excitação, o dos vegetais, e os motivos, o dos animais. Além disso, o comportamento padronizado de cada um destes reinos, e mais especificamente, de cada espécie, tem seu fundamento na idéia. Dessa forma, cada espécie é percebida como o correspondente empírico de uma essência que lhe dá forma. “A água é determinada pelas causas, e os homens pelos motivos, os quais não fazem mais do que exprimir sua vontade, que constitui, conseqüentemente, a condição de suas ações, e não a marca da sua liberdade”.¹⁷ Diferente da causalidade que atua nas objetivações mais simples da vontade, e que pode ser facilmente observada, a ação por motivos no homem se estabelece em relações muitas vezes incompreensíveis. A relação entre causas e efeitos, ou melhor, entre motivos e ações deixa de ser tão direta. Os motivos nem mesmo precisam ser representações imediatamente presentes ao sujeito.

“Enquanto, de fato, o animal é sempre motivado apenas por uma representação intuitiva, o homem, ao contrário, esforça-se em excluir completamente esse tipo de motivação, ao procurar determinar-se

¹⁶ ROSSET, Clement. *Schopenhauer – Philosophe de l’absurde*. Paris: Presses universitaires de France. 1967. p.86.

¹⁷ Idem. P.89.

*exclusivamente por motivos abstratos, utilizando assim sua prerrogativa da razão em vista da maior vantagem possível.*¹⁸

Os motivos do homem podem derivar de lembranças ou projeções sobre representações ausentes no momento da decisão, e muitos deles não chegam a se tornar conscientes nem mesmo após a ação. É a partir da incompreensão dos motivos que determinam as escolhas individuais que as pessoas tendem a se tomar como livres, como sendo os únicos seres no mundo dotados de livre-arbítrio. Schopenhauer procura confrontar essa idéia que define o homem como um ser diferenciado no mundo em relação aos demais fenômenos. Sua filosofia da natureza propõe mostrar que ele compartilha da mesma essência que é a vontade. Todos os fenômenos, minerais, vegetais e animais – incluindo-se o homem, é claro – possuem a mesma natureza, e não existe nada que os possa diferenciar essencialmente.

Mas assim como é possível distinguir comportamentos que variam de acordo com o tipo de planta ou com a espécie animal, também pode-se observar a determinação de comportamentos específicos no homem. Trata-se dos diversos graus de objetivação da vontade. Por outro lado, ele não escapa à constituição essencial da natureza. Aqui também toda ação se encontra encadeada e orientada pela idéia que ele mesmo constitui. Só que neste caso, a idéia não determina um padrão de comportamento para todos os exemplares da espécie, um comportamento padrão para todos os homens, mas sim um tipo de comportamento diferenciado para cada indivíduo. A essa determinação individual Schopenhauer denomina caráter. O caráter é uma objetivação direta da vontade. Assim como a idéia, tem como característica a permanência e a imutabilidade; além do quê, determina igualmente as manifestações empíricas possíveis ao indivíduo. Como diferença em relação ao conceito de idéia encontra-se o fato de que o caráter é essência de apenas uma representação, de um único exemplar que é o indivíduo, enquanto as

¹⁸ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §55. p.386.

idéias fornecem o fundamento a inúmeros exemplares de determinada espécie.

Mantendo-se em acordo com o determinismo empírico afirmado para o mundo objetivo, Schopenhauer nega a idéia do Livre-arbítrio. Para ele, a única instância que pode ser dita livre é a própria vontade em si, mas já o homem, como vontade objetivada, encontra-se determinado desde o início. Cada indivíduo possui um caráter, e esse caráter norteia suas ações por toda a vida. Ninguém pode se moldar conforme bem resolva, mas a afirmação de que o homem pode ser o que quiser é verdadeira. Na verdade, ele só pode ser o que quer, e o que ele quer já se encontra determinado pelo seu caráter.

“Em última análise, isso depende do fato de que a vontade do homem não é outra coisa senão o seu ‘eu’ propriamente dito, o verdadeiro núcleo do seu ser: e é ela também que constitui o próprio fundo de sua consciência, como uma espécie de substrato imutável e sempre presente, do qual não consegue libertar-se para proceder de forma diversa. Dado que ele próprio é como quer, ele quer como é”¹⁹

A determinação inabalável do indivíduo é compreendida como *caráter inteligível*, o *caráter inato*. Este implica uma determinação permanente ao indivíduo. Do caráter inteligível deriva o caráter empírico, que é constituído na vivência do sujeito, como concretização do primeiro. Na prática, isso significa que cada pessoa já dispõe de uma forma determinada de reagir à realidade em cada momento e que, dadas as mesmas circunstâncias, ela manifestará uma reação sempre parecida. Por exemplo, se alguém é desonesto em determinada ocasião, pode-se presumir que o será novamente em situação parecida à primeira. O caráter empírico “deve ser visto como o desdobramento temporal de um ato extra-temporal, portanto indivisível e imutável da vontade, ou desdobramento de um caráter inteligível”.²⁰

¹⁹ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Livre Arbítrio*. Rio De Janeiro: Brasil Editora. 1967. p.69.

²⁰ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §55. p.389.

Toda a liberdade de decisão foi retirada ao homem. Não bastasse isso, ele se vê incapaz de alterar sua constituição. Está totalmente determinado pelo seu caráter. Nessa perspectiva aparentemente pessimista, poderia o indivíduo fazer alguma coisa para tornar sua existência mais confortável e satisfatória? Mais do que isso, poderia ele buscar alguma forma de liberdade, driblando de alguma forma a sua própria constituição? Schopenhauer afirma que a única maneira de se buscar conscientemente viver melhor é conhecendo bem o próprio caráter. Ele afirma que “o mero querer e a mera habilidade em fazer não são suficientes em si mesmos, mas um homem também precisa SABER o que quer, e saber o que pode fazer.”²¹ O auto-conhecimento torna-se a chave para um direcionamento mais apropriado de si mesmo na vida e na construção de seu caráter. Na verdade, fala-se agora em um terceiro tipo de caráter, o caráter adquirido, que se constrói no percurso do indivíduo em sua existência; que deriva ainda do inteligível e do empírico, mas que pode variar em sua constituição de acordo com os rumos tomados pelo sujeito e com o conhecimento que este tem de si.

“Antes que chegue a este ponto, apesar da consequência natural do caráter empírico, ainda é sem caráter; e, embora no todo permaneça fiel a si e tenha consigo o próprio caminho guiado por seu demônio interior, descreverá não uma linha reta, mas sim uma torta e desigual, hesitando, vagueando, voltando atrás, cultivando para si arrependimento e dor. Tudo porque nas grandes e pequenas coisas vê diante de si o tanto quanto é possível e alcançável pelo homem em geral, sem saber todavia qual parte de tudo isso é conforme à sua natureza. (...) Aquilo que conseguem tão penosamente contra a própria natureza não lhes dá prazer algum.”²²

O conhecimento do caráter é aprendido pela experiência. Consiste em conhecer, com cada vez mais precisão, os limites dados pelo caráter. Significa saber quais meios e atividades se identificam com as determinações individuais do indivíduo, saber quais situações lhe agradam e quais lhe prejudicam. Dessa forma, a determinação pessoal se

²¹ Idem.p.392.

faz pelo conhecimento, e não pela livre escolha. E tal conhecimento permite que o indivíduo se aproxime cada vez mais das coisas com as quais mantém afinidade e se afaste das que lhe são prejudiciais. É como no exemplo de um dependente do álcool. Para ele, melhor seria se afastar de todos os lugares onde este se encontre, bem como das situações que lhe inspirem o desejo de se alcoolizar, do que simplesmente resolver-se a fingir não sentir tal desejo através de uma ingênua e ineficaz resolução racional. A perspectiva se afasta da posição cartesiana que defende a liberdade da alma sobre as paixões, se aproximando bastante da interpretação de Spinoza, para quem há paixões incontrolláveis pelo pensamento, as quais devem ser contornadas com a busca de outras paixões, e não com simples deliberações. Mas Schopenhauer vai além, e coloca no próprio pensamento mais motivos para o querer, além dos objetivos físicos e das paixões do corpo. O pensamento não é neutro, enquanto pode servir de motivo para a vontade. O conhecimento do caráter deve então partir da instância que configura o sujeito do conhecer, aliado à experiência do querer. Tal conhecimento deve unir as duas formas de conhecimento. Deve analisar cada situação vivida racionalmente, contrapondo-a à sensação interna experimentada em cada momento. O indivíduo deve unir a experiência interna da vontade, às representações intuitivas e abstratas, isto é, não só avaliar racionalmente as possibilidades que se apresentam à sua frente, mas também relacioná-las ao seu caráter, aos sentimentos que cada situação pode lhe despertar. Apenas dessa forma podemos auxiliar a nós mesmos na formação do caráter adquirido e, conseqüentemente, alcançar uma vida mais bem aproveitada. No entanto, são recorrentes as interpretações unilaterais sobre a realidade. Na filosofia, prevalecem as interpretações racionalistas que procuram definir o mundo e o homem segundo princípios lógicos e abstratos, sem fazer referência ao sentido interno. Já em meio à sociedade são observados inúmeros casos em que as pessoas são determinadas, sobretudo, segundo seus interesses e, conseqüentemente, vêem o mundo como um conjunto de coisas

²² Idem. P.393.

desejáveis para si. Com relação à prática da vida, o sujeito que leva em conta apenas a vontade individual vive buscando dar vazão aos seus desejos e, dessa forma, nunca encontra satisfação. Pelo contrário, tortura-se na imprecisão dos diversos caminhos para os quais a vontade aponta sem qualquer perspectiva de auto-realização no seu cumprimento. Enquanto isso, aquele que se guia apenas pela razão corre o sério risco de dedicar sua vida a um ideal de existência incompatível com o seu caráter individual, tornando-se assim extremamente frustrado em seu percurso. Dessa forma, vislumbra-se na eudemonologia schopenhaueriana uma importante aplicação do conhecimento coordenado entre a intuição do entendimento e o conhecimento interno da vontade. Se para o conhecimento adequado do mundo é fundamental compreendê-lo sob os dois pontos de vista, isto é, como vontade e como representação, o auto-conhecimento e a prática da vida encontram seus equivalentes nas duas formas de percepção, na atenção conjunta do conhecimento originado tanto da percepção da vontade individual, como nas representações dela derivadas, buscando compreender como se manifesta o caráter em cada situação e, a partir daí, traçando um caminho de vida que mantenha afinidade com a vontade individual. Mais uma vez, é preciso afirmar: o homem não existe como cabeça de anjo alada, mas possui corpo. E este interfere diretamente na sua determinação existencial. Assim, nenhuma ética pode ser derivada de princípios puramente racionais, e conclui-se que nessa intenção apenas o conhecimento que leve em conta a ação da vontade individual pode ter alguma eficácia ao interferir na conduta pessoal.